

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL

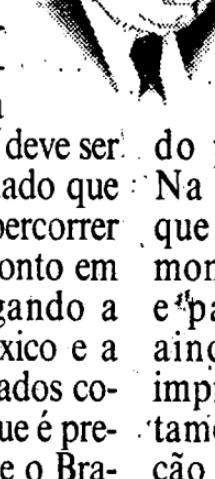
Para melhorar as coisas não piorar

Esse carta de intenções do governo brasileiro ao FMI, apoiada por Camdessus, que prevê sua aprovação pelo organismo que comanda ainda em janeiro, deve ser o caminho adequado que o país terá de percorrer para chegar ao ponto em que estão chegando a Venezuela, o México e a Argentina, apontados como modelos do que é preciso ser feito e que o Brasil não conseguiu fazer. Ela é a chave para ingresso de US\$ 2 bilhões, dinheiro novo, e só com sua aprovação haverá negociação com os credores privados e com o Clube de Paris.

A comunidade de economistas ainda não se rendeu totalmente à prática orientada pelo ministro Marcílio Marques Moreira e persistem divergências e indicações de alternativas. Mas o fato é que, depois de seis anos de investigações heterodoxas, que oscilaram entre o messianismo de Dílson Funaro e a audácia de sua assessora Zélia Cardoso de Mello, sem dar um rumo correto à economia, parece que agora se acertaram os ponteiros com o órgão que comanda a recomposição das economias dos países em desenvolvimento, devastadas pelos choques do petróleo e pelas dívidas que excessivas disponibilidades de mercado propiciaram a países ansiosos por recursos para resolver seus problemas.

Tais arranjos se fazem com sacrifícios. Assim tem sido por toda parte, mas entre nós o ônus vai incidir numa sociedade já debilitada pelo acúmulo de erros e de descontroles da atividade econômica. Para agravar a situação, o governo Collor, no momento em que assume compromissos de restaurar a credibilidade externa do país, acha-se em situação de escassa credibilidade interna. A falta de resultados do seu governo até agora e o insolúvel conflito com os políticos e os partidos tornam precária sua autoridade para colocar a todos diante da perspectiva de mais e mais duros sacrifícios.

Claro que um acordo de alto nível, que fizesse a nação e suas classes dirigentes assimilar o que se presume ser pelo menos mais um semestre de arrocho fiscal e monetá-



rio, seria muito útil ao governo e ao país. O Congresso tem dado até aqui, apesar das aparências em contrário, razoável cobertura à política do presidente Collor.

Na hora decisiva em que o país precisa demonstrar conformidade e paciência com dias ainda mais difíceis, é imprevisível o comportamento da representação política diante das inevitáveis manifestações de ansiedade e repulsa dos diversos segmentos da sociedade à nova cota de agruras que lhe é imposta.

O presidente não pode contar também com os governadores, aos quais em determinado momento apelou para ajudá-lo a enfrentar resistências partidárias. Compreende-se que um governador como Luiz Antônio Fleury, comandando a principal economia regional do país, resista à idéia de permanecer de braços cruzados pelo segundo ano da sua administração. Afinal São Paulo e seu governador têm projetos próprios e não se ajustam à idéia de continuarem condicionados a apertos financeiros e fiscais que paralisam o estado tanto quanto paralisam o resto do país.

Nesse próximo ano de eleição municipal acrescenta-se um fator aos que elaboram o ânimo da população convocada a manifestações políticas. Não será fácil a governadores e prefeitos ganhar eleições em tempos de vacas magras e o mais provável é que seu desespero desembogue na agressão ao presidente da República e na rebelião contra processos que paralisam suas administrações, ainda que sob a promessa de salvação geral endossada pela cúpula da economia mundial.

O que o presidente Collor está fazendo, assessorado por sua equipe econômica, parece ser o que deve ser feito. Pelo menos foi o que se fez em outros países que são apontados como modelo para sair da crise. No entanto o passivo acumulado é de tal ordem que se há de temer que, antes de melhorar, a situação do país vá ainda piorar muito. É o que Marcílio está admitindo.

Atos nacionalistas

Informa o deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT, que, no novo confronto entre livre-cambistas e protecionistas, reprodução do que houve no início da República, o grupo nacionalista que se reuniu na ABI sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho tem um programa de ação. Dia 11, um ato público de defesa da Pe-

trobrás. Em janeiro, debate na Câmara sobre propostas do Emendão relativas a energia e tecnologia, com participação de Aureliano Chaves, Severo Gomes e Mário Covas. E outras a serem anunciadas.

O deputado Jamil Haddad, presidente do PSB, mandou-me réplica a Eduardo Modiano, que encaminharei à editoria deste jornal.

Carlos Castello Branco